

Os Arcos do Bixiga (São Paulo): um caso de instrumentalização de política de memória

The Arches of Bixiga (São Paulo): a case of instrumentalization of a memory policy

Enviado em: 23/06/2020

Aceito em: 14/07/2020

Diego Vasconcellos Vargas¹
Martin Jayo²

Resumo:

O trabalho investiga o processo que levou, no final da década de 1980, à instituição dos Arcos do Bixiga como monumento ligado à memória da imigração italiana na cidade de São Paulo. Analisando o processo de disputa política que resultou na demolição dos imóveis até então ali existentes e na subsequente monumentalização dos Arcos, ilustramos como uma política patrimonial pode ser instrumentalizada por outros interesses, como elemento estruturante de políticas de natureza diversa. O caso aqui tratado aponta para a necessidade de novas óticas no estudo das políticas de memória e patrimônio urbano, rumo a abordagens críticas que levem em conta seu entrelaçamento com outras políticas e suas relações de subordinação a estas últimas.

Palavras-chave: Lugares de Memória; Patrimônio; Políticas de memória.

Abstract:

The paper investigates the process that resulted, in the late 1980s, in the institution of the Archs of Bixiga (Arcos do Bixiga) as a monument related to the memory of Italian immigration in the city of São Paulo. By analyzing the political process that led to the demolition of a number of buildings on the site and the subsequent monumentalization of the Archs, we illustrate how a patrimonial

¹ Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política da mesma instituição.

² Professor da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

policy can be instrumented, functioning as a structuring element of extraneous policies. The case presented herein points to the need for new perspectives in the study of preservation policies, towards critical approaches that take into account their interweaving with and subordination to other policies.

Keywords: Sites of memory; Heritage; Memory policies.

Introdução: objeto e objetivo

Localizados nas proximidades do córrego Itooró, na região central da cidade de São Paulo, estão os famosos *Arcos do Bixiga*, também conhecidos como *Arcos do Jânio*, ou *Arcos da rua Jandaia*. Hoje em dia, os Arcos encontram-se monumentalizados, diante da praça cujo nome homenageia artesãos calabreses, em uma área da cidade que é conhecida pela presença histórica da comunidade italiana (figura 1).

Figura 1 - Arcos do Bixiga em seu aspecto atual



Fonte: fotografia de Leon Rodrigues, 2017, reproduzida de <https://fotospublicas.com>

Contudo, originalmente os Arcos não foram edificados com intenção monumental. Autorizada pela Prefeitura de São Paulo em 1908, e realizada em grande parte entre os anos de 1911 e

1913 (com exceção do parapeito, concluído provavelmente entre 1921 e 1922)³, a construção dos Arcos ocorreu por conta da necessidade de um muro de arrimo que impedisse o desmoronamento do morro da rua Jandaia (figura 2). Com o passar dos anos, dada a pujante expansão da cidade na primeira metade do século XX, logo os Arcos foram cobertos por uma série de sobrados que ocuparam toda a extensão da rua Jandaia e da rua da Assembleia, tornando impossível sua observação a partir do espaço público. Embora não seja possível estabelecer com precisão a data de construção desses sobrados, é possível afirmar que por volta de 1930 a fileira estava erguida, pois nesta data começam a surgir de forma sistemática anúncios de aluguel nos jornais da cidade, tudo indicando que foram construídas como investimento e que eram casas de aluguel destinadas à moradia de famílias de classe média.

Figura 2 - Os Arcos por volta de 1913, época da construção



Fonte: imagem reproduzida da publicação "Melhoramentos da Capital 2011-2013" (São Paulo, s/d)

³ As datas aqui mencionadas estão registradas nos seguintes documentos: Ata da 31ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 29 ago. 1908; Expediente da Diretoria Geral da Prefeitura de São Paulo, 25 jul. 1913; Ata da 38ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, 26 set. 1914; Edital da Diretoria Geral da Prefeitura de São Paulo, 4 jan. 1921. O projeto aprovado em 1908 consta em Graziani (1908).

A partir dos anos 1950, o projeto viário de canalização do córrego Itororó e construção da Avenida 23 de Maio sobre ele – obra que seria finalizada na segunda metade da década de 1960 – trouxe uma série de modificações e desapropriações para a área, porém mantendo intactos os sobrados em questão. Em meados dos anos 1960, José Vicente Faria Lima, então prefeito da cidade, envia projetos à Câmara Municipal, para a desapropriação e demolição dos sobrados, a fim de construir uma alça de acesso que ligaria a Avenida 23 de Maio ao futuro complexo viário que serviria de ligação entre as regiões leste, central e oeste (atualmente formado pelo Minhocão e pela Ligação Leste-Oeste).

Entre 1967 e 1971, finalmente os sobrados são desapropriados; porém, com a troca de administração na prefeitura, não foi dada continuidade ao projeto de construção da alça de acesso, e boa parte dos casarões, agora propriedade municipal, ficaram desocupados.

Em 1972, novos moradores passaram a ocupar o local, o que periódicos da época chamaram de "invasão", dando um novo uso ao local com a criação de cortiços ocupados por famílias de baixa renda.

Na década de 1980, com a valorização do território central da cidade, a ocupação dos sobrados chama a atenção da Prefeitura, do capital imobiliário, de moradores das proximidades (incomodados com as condições insalubres e com a criminalidade em ascensão, supostamente, por culpa dos moradores dos sobrados), de arquitetos e acadêmicos interessados no valor arquitetônico das edificações, de ativistas e políticos interessados em manter moradia popular no centro, e da mídia interessada em cobrir o processo de disputa pela região.

Em meio a esse contexto, em 1984, na gestão de Mário Covas à frente da Prefeitura, surgem os primeiros planos de intervenção no local. Em 27 de junho de 1984, o prefeito Covas decreta e promulga a lei nº 9.725/84, enquadrando aquele conjunto como zona de uso especial (Z8-200), vinculada à preservação do patrimônio cultural e ambiental da cidade, classificando-os como de interesse público e impedindo sua demolição sem autorização prévia da Prefeitura, tendo em vista a preservação das características urbanas e ambientais existentes.

A partir de 1986, na gestão Jânio Quadros, iniciou-se uma disputa política que envolveu posições conflitantes entre diversos órgãos dos governos municipal e estadual, e durou até

1987 quando, finalmente, a Prefeitura conseguiu na Justiça, a ordem de desocupação dos sobrados e sua demolição. Alguns moradores resistiram, mas no final todos foram retirados, e os sobrados todos demolidos (figura 3).

Figura 3 - Desocupação e demolição dos imóveis junto aos arcos



Fonte: fotografia de Israel dos Santos Marques, 1987, reproduzida de <http://www.acervosdacidade.prefeitura.sp.gov.br>

A maior parte da população foi realocada em áreas como Guaianases e Campo Limpo, regiões que à época possuíam escassa infraestrutura de serviços básicos, como de água e luz.

Quando os prédios foram demolidos, os Arcos, que haviam passado cerca de 60 anos cobertos por eles, ressurgiram. Há controvérsias quanto ao conhecimento da Prefeitura acerca de sua existência. O discurso oficial encontrado em jornais da época é o de que não havia tal conhecimento, e ao serem "redescobertos" foi decidido mantê-los por suas características estéticas particulares. No entanto, existia documentação a respeito da construção dos Arcos tanto nos arquivos da própria Prefeitura, publicações de época – a exemplo da publicação "Melhoramentos da Capital 1911-1913" editada pela própria Prefeitura e facilmente acessível

(São Paulo, s/d), fato que enfraquece a alegação de que o conhecimento dos arcos tinha se perdido.

Por fim, os arcos foram tornados monumento e o valor atribuído a eles se refere à comunidade italiana da região. Os Arcos, alegou-se com grande imprecisão histórica (Vargas & Jayo, 2020)⁴, seriam representativos de técnicas construtivas tradicionais trazidas por imigrantes, e isso lhes garantiu status de patrimônio cultural paulistano (Jayo & Köhler, 2015). A memória escolhida, institucionalizada e cristalizada neste local, não é a dos primeiros moradores dos sobrados, nem a dos pobres que os ocuparam por mais de 15 anos. As memórias coletivas desses grupos foram silenciadas durante o processo, excluídas da história oficial.

Diante do exposto, e assim caracterizados os Arcos como objeto da pesquisa, o objetivo deste trabalho é discutir o processo que resultou, no final da década de 1980, na transformação dos Arcos do Bixiga em monumento associado à memória "italiana" ou "calabresa" do Bixiga. Por meio da análise do processo de disputa pela manutenção *versus* demolição dos sobrados da rua Jandaia e rua da Assembleia nos anos 1980, a subsequente "descoberta" dos Arcos e sua transformação em monumento, pretendemos evidenciar como uma política de memória pode ser instrumentalizada por diferentes interesses, como elemento estruturante de outras políticas públicas que incidem sobre um determinado território ou coletividade.

Para explorar tal objetivo, o presente artigo se desenvolve em mais quatro seções, além desta introdução. Na primeira, ("*Referencial teórico: memória coletiva, memória de lugares e políticas de memória*"), apresentamos as referências teóricas que embasam nossa discussão, revisando o conceito de memória, em especial sua dimensão coletiva, sua relação com a cidade e implicações do seu uso político, social e econômico.

Isso feito, a seção seguinte ("*Os Arcos do Bixiga como problema de memória*") justifica a escolha desse referencial a partir de uma breve problematização dos Arcos do Bixiga enquanto objeto de política de memória, associados que estão a uma determinada narrativa (hegemônica, italiana) do bairro do Bixiga.

⁴ Vargas e Jayo (2020), por meio de pesquisa em documentos de época, demonstram que as principais alegações que justificaram a monumentalização e tombamento dos Arcos como representativos de técnicas tradicionais ou artesanais de construção não se sustentam historicamente.

A seção intitulada "*Para além do mito italiano: memórias silenciadas*", por sua vez, objetiva discutir quais outras memórias, que não a hegemônica, poderiam estar associadas aos Arcos do Bixiga, tendo sido excluídas ou silenciadas no processo de monumentalização. Para tanto, mobilizamos como estratégia metodológica a realização de entrevistas com atores que pudessem ser considerados portadores dessas memórias não-hegemônicas. Dois atores que à época vivenciaram os fatos, foram selecionados para entrevistas semiestruturadas: um ex-morador desalojado e um ex-funcionário da Prefeitura.

Por fim, a última seção discorre sobre os resultados, mostrando como o discurso de preservação da memória italiana dos Arcos do Bixiga serviu como instrumento para atenuar a gravidade da ação segregatória promovida pelo poder público. Constatase, assim, como uma política patrimonial, baseada em argumentos relacionados à preservação da memória e do patrimônio urbano, pode ser instrumentalizada por outros interesses, como elemento estruturante de políticas de natureza diversa. O caso aqui tratado aponta para a necessidade de novas óticas no estudo das políticas de memória e patrimônio urbano, rumo a abordagens críticas que levem em conta seu entrelaçamento com outras políticas e suas relações de subordinação a estas últimas.

2 Referencial teórico: memória coletiva, memória de lugares e políticas de memória

A palavra memória tem diferentes sentidos, sendo empregada de diferentes formas em diversos campos de estudo. Biologicamente, a memória pode ser definida como a capacidade de um indivíduo de registrar, categorizar, organizar, reutilizar e resgatar informações do meio vivido. Não é essa noção de memória como capacidade individual, entretanto, a que nos interessa para a presente análise. Para além da dimensão individual, a memória também tem uma dimensão social ou coletiva, conhecida nas ciências sociais sobretudo a partir das contribuições de Maurice Halbwachs (1877-1945).

A principal ideia apresentada por Halbwachs (1990) é a de que, embora a dimensão individual exista, a memória é um fenômeno, acima de tudo, coletivo, de forma que pertencer a uma coletividade, a uma totalidade que ultrapassa o sujeito, é condição decisiva para a construção de memória. Isso não significa que o indivíduo não tenha a capacidade de formar lembranças em condições de isolamento da sociedade, porém, memórias que não foram

formadas a partir da relação com o outro costumam ser limitadas e tendem a desaparecer com maior facilidade, já que o apoio do testemunho de outras pessoas é um elemento fundamental para a manutenção e formatação dessas memórias. A respeito da importância da comunicação para o processo de rememoração, o autor afirma que:

Certamente, se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a dos outros, a nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias. (Halbwachs, 1990, p. 25).

Ainda segundo Halbwachs (1990, p. 26), mesmo em situações em que apenas o indivíduo está envolvido, isolado de seu grupo ou de outras testemunhas, a lembrança permanece coletiva, pois "em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem". Em outras palavras, mesmo que o indivíduo esteja sozinho, sua reação aos fatos, sua percepção do ambiente, dos acontecimentos que presencia, e a construção da memória a respeito desses eventos será influenciada por instrumentos fornecidos pelo seu meio social em sua experiência prévia – em última análise, pelos outros. Da mesma forma, o apagamento ou enfraquecimento dessa memória não depende da morte ou do esquecimento de um único indivíduo, mas sim do desaparecimento do seu grupo social ou do contexto vivido socialmente (Baer, 2010, p. 132).

Nesse sentido, a memória individual não se distingue completamente, mas faz parte do conjunto maior da memória coletiva, sendo uma visão parcial, mais densa, porém menos abrangente dos fatos vivenciados pelo grupo social (Rios, 2013, p. 5). "Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva", diz Halbwachs (1990, p. 51).

Outro elemento muito importante do processo de construção da memória coletiva é o seu caráter reconstutivo. O passado está em constante modificação no presente, a partir de princípios de seleção, descrição e interpretação que se alteram ao longo da vida de um indivíduo e de uma coletividade. Nesse sentido, a memória não deve ser considerada como um arquivo de informações inalteráveis, mas sim um modelo de construção ativa em que o passado está a serviço de interesses presentes, "permanentemente modificado pelos valores, crenças e condicionantes do presente" (Baer, 2010, p. 132).

Seja por conta do desenvolvimento das capacidades psicológicas e intelectuais, ou através da interação com outras fontes de informação que alimentam e remodelam uma visão sobre o mesmo acontecimento, a memória é, sobretudo, uma construção social, resultante da necessidade não só de descrever, mas dar sentido aos eventos do passado através de sistemas de referência do presente (Dolff-Bonekämper, 2017, p. 63). Dar sentido ao passado e aos acontecimentos sociais torna a memória significativa não por sua representação genuína, mas por ser um instrumento do poder e influência social, política e cultural. Desta forma, entender a memória coletiva é entender como as mentes funcionam juntas em sociedade; como suas operações são estruturadas por arranjos sociais (Hatuka, 2017, p. 49).

A memória de uma coletividade – e seu uso como instrumento de poder – contribui para a manutenção e coesão do grupo social, na medida em que ajuda a produzir ações locais de afirmação identitária. Entretanto, seu caráter político abre espaço para a criação e valorização de determinadas memórias ou narrativas hegemônicas do passado, sob influência de determinados grupos dentro da coletividade, ao mesmo tempo em que se silenciam outras memórias, levando ao enfraquecimento de outros grupos sociais ao suprimir-se um dos principais elementos integrantes de sua identidade. Pollak (1989) mostrará como as narrativas oficiais ou hegemônicas sobre o passado, resultantes de políticas de memória, costumam promover o apagamento e silenciamento de outras narrativas, que só se mantêm ao longo do tempo na forma de memórias indizíveis, subterrâneas.

No entanto, antes de falar de políticas de memória, é necessário entender quais tipos de recursos são utilizados para legitimar uma memória coletiva hegemônica, mantendo a coesão e garantindo estabilidade a determinado grupo. Essa memória pode-se valer da força de diferentes elementos de suporte que ajudam a estruturá-la e legitimá-la, por exemplo: datas, figuras históricas, tradições e costumes, regras de interação, folclore, música, culinária, por meio dos quais se gera coesão social. Contudo, é o lugar de memória um dos principais elementos (senão o principal) utilizados para se buscar a hegemonia de uma memória coletiva. A atribuição de valor a espaços físicos, como monumentos, edificações históricas, paisagens etc., tem um papel fundamental na reorganização da memória de determinados grupos, pois a solidificação da memória tende a promover um sentimento de pertencimento, de filiação e de origem às pessoas, como talvez nenhum outro recurso seja capaz.

A memória coletiva, por natureza, requer lugares de ancoragem e tende a se espacializar (Baer, 2010, 144). Pierre Nora (1984) é um dos principais autores a trabalharem com a noção de memória coletiva, já apresentada por Halbwachs, mas estendendo a problemática da memória para o estudo da sua relação com o espaço. *Lugares de memória*, segundo Nora (1984, p. 21), são os lugares no mundo físico que permitem a ancoragem e articulação da memória coletiva para seu uso político e social.

Contudo, conforme Abreu (2001, p. 86), "a cidade não é um coletivo de vivências homogêneas". As cidades, em maior ou menor grau, guardam vestígios materiais do passado, na forma de edificações, monumentos, e demais estruturas presentes em sua paisagem, que operam como lugares de memória. Porém, a institucionalização desses lugares está longe de satisfazer todos os grupos que ali possuem relações. A cidade é palco de inúmeras vivências coletivas, associadas aos mais variados grupos e classes sociais que nela coexistem, porém apenas alguns desses grupos e classes são capazes de inscrever registros duráveis na paisagem. Os grupos ou classes com maior poder político e econômico são os que deixam para a posteridade vestígios mais duráveis, na forma de edificações, monumentos, instituições, etc., que cumprirão função de lugares de memória (Jayo & Vargas, 2019).

Se nem todas as memórias podem ser registradas, então o termo "memória da cidade" ou qualquer "operação de memória" que proponha oficializar uma memória verdadeira e absoluta, nem sempre representará a totalidade das memórias coletivas que tiveram aquele espaço como referencial. Essa prerrogativa será própria do grupo ou classe vencedora desta disputa pela memória. Para Abreu, o controle da memória coletiva e dos lugares de memória é também uma expressão de poder das classes dominantes.

Por conta do jogo de poder acerca de seu controle, a memória coletiva se caracteriza como flexível. Essa flexibilidade engloba uma variedade de atores (organizações, cidadãos, comunidades, autoridades estatais, empresas, coalizões, entre outros) que ao disputarem o controle da memória e dos lugares de memória, em conflitos sociais e intergrupais ao longo do tempo, fazem emergir novas histórias e relatos, modificando a memória institucionalizada no local de disputa.

A institucionalização de memórias pertencentes aos grupos vencedores é concretizada, ao final da disputa política em torno dessas, por uma política de memória. Instituída por entes públicos e/ou privados, este tipo de política procura criar condições para a promoção e

perpetuação de uma memória oficial. Como consequência, as memórias dos grupos "vencidos", não contemplados por esta política, podem desaparecer com o passar do tempo, por não serem amparadas por suportes materiais (lugares de memória) ou não receberem o devido reconhecimento.

Além disso, muitas dessas políticas de memória são, ao mesmo tempo, políticas de esquecimento, na medida em que, de forma implícita ou deliberada, enfraquecem determinados grupos, através do silenciamento de suas memórias, ou mesmo do apagamento de memórias "inconvenientes", como é o caso de memórias de períodos de ditaduras ou de forte repressão política (Pollak, 1989). Para este autor, é justamente a eleição de uma narrativa hegemônica ou "única" sobre o passado, por meio das políticas de memória, que promove o apagamento e silenciamento de memórias de determinados grupos, relegadas à condição de memórias subterrâneas.

A negociação do passado é um processo tenso, complexo e demorado, mas sua realização é indispensável para a construção ou manutenção das relações culturais e políticas produtivas. Para Feldman (2017, p. 225), "somente através do deslocamento do olhar generalizador para as especificidades de agentes e das formas de apropriação simbólica e econômica dos espaços urbanos é possível identificar, atribuir valor e definir estratégias ou ações relacionadas a patrimônio cultural", dessa forma garantindo a representação dos variados grupos sociais presentes em nossa sociedade.

3 Os Arcos do Bixiga como problema de memória

O referencial teórico apresentado acima serve de embasamento para a escolha dos Arcos do Bixiga como objeto de estudo deste trabalho. Segundo Pollak (1989), "o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização" (POLLAK, 1989, p. 9). No final da década de 1980, a "redescoberta" dos Arcos serviu justamente para a dotação de credibilidade, aceitação e organização de uma memória oficial, "italiana" a respeito do local, e nesse sentido os Arcos podem ser caracterizados como objeto de uma política oficial de memória.

Em 1987, ápice da disputa pelos imóveis das ruas Jandaia e Assembleia, a demolição destes foi severamente criticada por diversos atores das mais variadas esferas. Moradores,

políticos, representantes da sociedade civil e especialistas se manifestaram contra a demolição dos imóveis, condenando a ação da Prefeitura Municipal. Entretanto, apesar da desaprovação popular a respeito das demolições, a redescoberta dos Arcos permitiu que, por meio do uso do discurso da preservação do patrimônio histórico e arquitetônico e sua associação com a memória italiana do Bixiga, a Prefeitura obtivesse a credibilidade necessária para legitimar sua ação. Com o ressurgimento dos Arcos, o foco das atenções se volta para sua preservação, minimizando a importância das demolições ocorridas no local. A associação do lugar à memória italiana cumpre papel fundamental na legitimação das ações praticadas neste processo, transformando-o em um "lugar de memória": um lugar no mundo físico que permite a ancoragem e organização de uma memória coletiva oficial. Além da reforma e monumentalização dos próprios Arcos, "o espaço livre delimitado pelas avenidas 23 de Maio e Radial Leste-Oeste, pelo Viaduto Jaceguai e pelas ruas Asdrúbal do Nascimento e Jandaia"⁵ passa, por meio do Decreto Nº 31.502, de 4 de maio de 1992, a ser denominado Praça dos Artesãos Calabreses. Cerca de 10 anos depois, os Arcos da Rua Jandaia são tombados pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (CONPRESP), como parte integrante do ambiente urbano do Bairro da Bela Vista⁶.

Assim, como argumenta Pollak (1989, p. 4), "a instituição de memórias oficiais tende a ter caráter destruidor, uniformizador e opressor". Ao mesmo tempo que os Arcos passam a representar/materializar determinada memória (a do Bixiga italiano), eles silenciam memórias de outros grupos que coexistiam no mesmo espaço (a do Bixiga negro do século XIX, a do Bixiga encortiçado do século XX), que não são ressaltadas pelo monumento. Ainda segundo Pollak, quando se integram bem na memória dominante, a coexistência de outras memórias não coloca problemas. No entanto, o Bixiga, apesar da grande variedade étnico-social presente em seu território desde antes de sua criação, sempre foi um espaço de disputas pela identidade e memórias locais, por seus habitantes. Neste contexto, as memórias do Bixiga negro e do Bixiga encortiçado acabaram marginalizadas, enquanto a memória italiana era ressaltada, formalizada e cristalizada no espaço físico e no imaginário popular.

Sob a ótica de Abreu (2001), em toda disputa há grupos que possuem maior força/poder na inscrição de memória na materialidade da cidade, bairros ou monumentos.

⁵ Decreto nº 31.502, de 4 de maio de 1992.

⁶ Resolução CONPRESP nº 22/2002.

Nesse sentido, como argumenta o autor, a memória representada nos Arcos não é a "memória de São Paulo", nem mesmo a "memória do Bixiga", mas parte da memória de um grupo específico, entre tantos outros que disputaram um processo de construção e inscrição de memórias coletivas "tão numerosas quando as unidades que compõem a sociedade" (Pollak, 1989, p. 12).

A existência de um processo de dominação por meio do controle das narrativas da memória oficial e do apagamento de vestígios de grupos com menor poder político e/ou marginalizados, e o enquadramento da monumentalização dos Arcos do Bixiga nesse processo, justificam sua escolha, e do referencial teórico aqui apresentado, para o desenvolvimento da seção seguinte.

4 Para além do mito italiano: memórias silenciadas

Diante do exposto, propusemo-nos identificar e ouvir por meio de entrevistas atores que pudessem ser considerados portadores de memórias não-hegemônicas – ou subterrâneas, se quisermos usar os termos de Pollak (1989) – silenciadas no processo de monumentalização dos Arcos. Conseguiu-se concordância de dois desses atores para a concessão de entrevistas: Edilson Mineiro, morador da rua da Assembleia à época da desocupação, e Antônio Carlos Mazzeo, integrante do Grupo Especial de Estudos de Cortiços da Prefeitura de São Paulo, na gestão Mário Covas (1982-1985).

Embora se tenha criado um roteiro, o principal objetivo das entrevistas foi dar voz aos entrevistados a fim de captar memórias dos acontecimentos diferentes da memória oficial, registrada pelos jornais da época. Dessa forma, a princípio, pediu-se simplesmente que os entrevistados falassem de forma livre sobre os acontecimentos, deixando o roteiro como um complemento a ser consultado no final. Ambas as entrevistas foram realizadas pessoalmente. Com o consentimento dos entrevistados, foram gravadas para posterior análise.

4.1 Edilson Mineiro

A primeira entrevista, com duração aproximada de 90 minutos, foi realizada em dia 17 de maio de 2018, com Edilson Henrique Mineiro, 44 anos de idade, advogado e ex-morador da rua da Assembleia.

Nascido e criado em boa parte de sua infância na cidade de Guarulhos, Edilson teve seu primeiro contato com a rua da Assembleia entre os anos de 1985 e 1986, quando seu pai foi contratado para trabalhar como vigia em uma fábrica de divisórias para escritório que funcionava no andar de baixo de um sobrado, passando a residir no emprego, no piso superior do imóvel. Apesar de habitar um espaço dominado por cortiços, Edilson lembra que sua família era uma das poucas que moravam de maneira regular na rua da Assembleia, na época. Para Edilson, mudar-se para o local foi uma ruptura com o tipo da vida que levava em Guarulhos. Morar em um bairro localizado no centro da cidade ajudou-o a expandir seus horizontes:

Ir para lá foi uma ruptura com aquela vida do interior que eu tinha em Guarulhos. [...] Eu jogava bola em umas ruas sem saída, [...] cruzava a avenida 23 de Maio para cima e pra baixo, ou seja, tive que aprender a cruzar avenida, essas coisas. [...] Eu ia no cinema, ia no teatro, coisas que não tem no fundo da periferia [...]. Você andava dez minutos e estava no teatro. Lá tinha um monte de teatro. Eu me lembro de ir com a escola fazer essas coisas.

Contudo, apesar da localização privilegiada, a rua da Assembleia tinha sérios problemas sanitários e habitacionais na época em que Edilson a habitava:

Eu lembro que a calçada era estreita, o esgoto a céu aberto. [...] Eu lembro que no começo da rua tinha umas floriculturas, porque tinha uma funerária ali. Tinha um sebo também, bem na esquina da rua Asdrúbal do Nascimento [...]. Mas era isso aí, era uma rua estreita, tinha calçadas estreitas, muito esgoto. Acho que talvez por isso não tenha tido tanta reação para sair de lá, porque não era tão bom morar ali. Quem morava lá não era dono, estava ali provisoriamente.

Segundo Edilson, muitas casas da rua eram escuras, malcuidadas, com escadas de madeira, sem janelas ou com vidros quebrados. Ele lembra de ter entrado uma vez ou outra em casas que abrigavam cortiços, mas afirma não ter feito muito contato com seus habitantes. A maioria de seus amigos era da escola, e não da rua, pois, a convivência era maior apenas entre os moradores dos cortiços. As condições da rua não permitiam que houvesse um maior contato entre os moradores por não haver praça, ou quaisquer espaços propícios à convivência.

Do ponto de vista do entrevistado, a população que habitava os cortiços era bastante homogênea, porém diferente da população italiana comumente relacionada ao bairro do Bixiga, sendo composta, na verdade, em sua grande maioria, por negros, nordestinos e pobres. As

más condições habitacionais, somadas à origem étnica e à classe social dos moradores da rua da Assembleia geravam uma espécie de segregação: a rua e sua população eram vistas como um "câncer", responsável pela desvalorização e pelo aumento da violência no bairro:

Eu também lembro que nessa época, no Bixiga, tinha uma certa disputa desse Bixiga mais pobre, que é aquela parte ali da Major Diogo, do Minhocão pra baixo, com a parte do Minhocão para cima, na direção da Paulista. A gente até brincava que, do Minhocão para baixo era Bixiga, do Minhocão para cima era Bela Vista. Era aquela coisa de que queriam valorizar o bairro e tal. Eu lembro dos vizinhos lá falando isso, que aquela rua impedia que o bairro se valorizasse. Era visto como um problema, um câncer do bairro para os moradores da Bela Vista. Para a gente, era bom, a gente morava no centro, tinha acesso a tudo.

No entanto, Edilson tem opinião contrária às daqueles moradores tradicionais. O entrevistado não se lembra de haver uma sensação de insegurança na região, e que, na verdade, o que existia ali não passava de um preconceito contra pessoas pobres que "moravam mal". Para ele, violência não era um problema, e não se ouvia falar de estupros, assaltos ou crimes graves. Apenas pequenos furtos, motivo pelo qual seu pai conseguira o emprego na fábrica. O alto valor comercial do material ali armazenado exigia a contratação de um vigia para o local. Embora hoje tenha orgulho de suas origens e do tempo em que viveu na rua da Assembleia, na época, Edilson lembra de sentir na pele o preconceito por parte das pessoas das áreas mais bem estruturadas do bairro:

Para falar a verdade, eu tinha vergonha de morar na rua da Assembleia. Eu convivia em um mundo de classe média baixa, e morava em um lugar que era muito precário, como se fosse uma favela dentro do bairro. Na minha cabeça de criança, né? Hoje eu não teria vergonha, mas naquela época eu me sentia envergonhado. Quando você ia na igreja da Sé, tinha que pular no meio do esgoto a céu aberto, no meio da rua. Não tinha lugar para brincar, não tinha área de lazer. A nossa casa era um pouco diferente das outras porque, como eu te falei, era o segundo andar de uma fábrica, então tinha tudo regular. Mas, a lembrança que eu tenho de lá, é a de um lugar muito precário.

Quando sua família soube que seria despejada para que os imóveis da rua fossem demolidos, a princípio, o sentimento era de que uma resistência deveria ser organizada. No entanto, segundo Edilson, não havia qualquer tipo de movimento pró-moradia envolvido no caso, e as pessoas eram apenas inquilinas nos cortiços, sem qualquer força para uma articulação política. Aos poucos os moradores foram cedendo às condições oferecidas pelos assistentes sociais da Prefeitura, e optando pela desocupação pacífica dos imóveis.

A princípio, o pai de Edilson recusou a proposta feita pela Prefeitura, por achar muito pequena a casa de 24 metros quadrados oferecida a sua família no Campo Limpo, bairro periférico na zona sul da cidade. Diante da recusa, a Prefeitura, a fim de resolver a situação sempre de forma pacífica, fez uma nova proposta, oferecendo uma casa de 48 metros quadrados na região de Guaianases, periferia da zona leste. Dessa vez, a proposta foi aceita e enfim a família de Edilson foi realocada para um conjunto habitacional da COHAB na periferia de São Paulo.

Edilson ressalta que sua família foi a única a ser realocada em Guaianases, e que todas as outras se mudaram para o Campo Limpo, no conjunto habitacional COHAB Adventista. Na região em que sua família foi realocada não havia água, esgotos, luz, asfalto, ônibus ou escola. Para que as pessoas tivessem acesso à água, uma caixa d'água comunitária foi instalada em um canteiro de obras e era preciso enfrentar filas para poder coletá-la em baldes. Caminhões-pipa abasteciam essas caixas d'água, e o mesmo canteiro de obras era a fonte da energia utilizada no bairro por meio de "gatos". Para chegar à escola, era preciso caminhar cerca de uma hora por ruas de terra.

Você saía do centro da cidade pra morar em um lugar que você tinha que carregar água na cabeça. Essa foi a parte que nos coube no latifúndio. [...] Pra chegar até um lugar que tinha asfalto a gente ia com um saco de arroz cobrindo o sapato, e chegando lá a gente tirava e guardava na bolsa, senão a gente ia pra escola com o pé cheio de barro, cheio de lama.

Apesar das condições precárias que havia conhecido na rua da Assembleia, as condições enfrentadas na periferia de São Paulo eram muito mais graves. Mas mesmo com as dificuldades impostas pela realocação, graças à insistência de sua mãe Edilson conseguiu concluir os estudos, formou-se em Direito, e passou a se envolver com movimentos de moradia ligados à igreja católica. Hoje, Edilson já não mora mais em Guaianases, mas sua família, sim. Embora já estejam estabelecidos e com suas vidas construídas em torno de outro bairro, suas memórias do período em que viveram na rua da Assembleia, foram determinantes nos rumos que suas vidas tomaram.

Para Edilson, ao lembrar do que foi feito com as pessoas e com os imóveis da rua da Assembleia, o principal sentimento que lhe vem é o de raiva:

Eu sinto muita raiva. Eu acho que foi uma puta sacanagem ter tirado minha família de lá. Não vejo todo esse valor. Claro que acho surpreendente que existam aqueles arcos lá, é uma obra

imponente. Mas não acho que justifique o que foi feito [...]. Eu tenho saudade de viver lá. Não tenho idolatria pelo lugar em si. Aliás, acho o lugar, sem as famílias, muito triste. Virou um vazio, um desperdício de área. Tudo em nome dos carros. Não vejo nenhum ganho para a memória da cidade, para a história da cidade. Isso é só mais um símbolo do que hoje o pessoal chama de gentrificação. Mais um símbolo de expulsão de população pobre do centro.

Quanto aos arcos, Edilson conta que, apesar de sua família ter sido uma das últimas a se mudar de lá, não sabiam de sua existência. Somente depois, quando noticiado pela mídia, é que tomaram conhecimento do que se tornaria um monumento. Para ele, desde o início, a justificativa para a remoção dos moradores era a construção de uma alça de acesso à Avenida 23 de Maio, sem qualquer ligação com os arcos.

As memórias de Edilson, construídas a partir do contato com a extrema pobreza, ao viver na rua da Assembleia, e depois em Guaianases, foram muito importantes para sua trajetória pessoal e profissional, pois, a partir daquele período, ele passou a se conectar cada vez mais com movimentos sociais de moradia. Já o monumento dos Arcos do Bixiga, diz ele, "não significa nada".

4.2 Antônio Carlos Mazzeo

Antônio Carlos Mazzeo, hoje professor universitário, é ex-funcionário da Prefeitura de São Paulo, tendo estado alocado, na década de 1980, no extinto Grupo Especial de Estudos de Cortiços. A entrevista teve duração aproximada de 45 minutos e foi realizada em 26 de setembro de 2018.

O Grupo Especial de Estudos de Cortiços, segundo conta Mazzeo, era liderado pelo sociólogo Fernando Batistuzzo e tinha por missão realizar "negociações" com proprietários de imóveis encortiçados:

Era um grupo de seis pessoas: dois sociólogos, duas assistentes sociais, um arquiteto. E a gente trabalhava fazendo o quê? Obviamente, pouca coisa se podia fazer. Era uma espécie de negociação com os proprietários dos imóveis encortiçados. Nas negociações se faziam algumas obras, se dizia "olha, ou você faz essa obra, ou a gente fecha, porque sua casa é ilegal". Então, pegamos o código sanitário, pegamos o código de obras, fizemos uma mistura dos dois e criamos alguns critérios para se ter uma casa encortiçada, o que a gente começou a chamar de habitação coletiva, pois deixava de fato de ser um cortiço e passava a ter alguma norma.

De acordo com o entrevistado, o manual originado nos estudos de seu grupo serviria, anos depois, de base para a criação da chamada Lei Moura, ou Lei de Cortiços, de 1991⁷, que regulamenta padrões para cortiços.

Mazzeo integrou o grupo mencionado durante a gestão de Mário Covas na Prefeitura de São Paulo (1983-1985) e, durante este período, teve a oportunidade de realizar um estudo nos cortiços então instalados nos sobrados da rua da Assembleia. Na época, a informação que eles tinham sobre o local era que todas as casas da rua estavam encortiçadas, e que haviam sido construídas por artesãos calabreses, em torno do muro de arrimo ali existente.

Neste estudo, sua equipe visitou e fotografou casa por casa⁸. Além do mapeamento fotográfico, a população foi entrevistada pela equipe, com o auxílio de assistentes sociais, para que fosse traçado um perfil social a seu respeito. A respeito da origem dos moradores, Mazzeo afirma que

[...] era uma população de migrantes que tinha ocupado as casas. O interessante é que tinha algumas [casas] onde as populações eram de origem rural e elas reproduziam a vida rural dentro de casa. Era uma loucura, tinha um moleque que tinha um galinheiro dentro de casa, as galinhas andando, cheio de cocô de galinha, portas cheias de vermes, era absurdo. Era um lugar onde as condições sanitárias eram extremamente precárias.

A presença de galinheiros, por exemplo, dentro das casas, contribuía para a degradação do espaço e para um agravamento das condições sanitárias, visto que havia presença de fezes dos animais por toda parte, gerando, inclusive, a presença de vermes nas portas dos imóveis.

O trabalho de sua equipe tinha inspiração em outro trabalho, realizado no interior de São Paulo. Neste caso, um estudo similar havia sido realizado, e os imóveis foram restaurados sem a necessidade de expulsão da população do local. Seguindo este exemplo, o grupo que Mazzeo integrava buscava propor que a mesma solução fosse aplicada na rua da Assembleia:

A gente ficou muito triste com a demolição, porque eram casas incríveis, a ideia era restaurar, fazer um *boulevard*, tinha várias ideias. A ideia do *boulevard* a gente era contra porque tirava a população. A nossa ideia era restaurar com a população morando, baseado na experiência daquela cidade do interior, se não me engano de Piracicaba.

⁷ Lei Municipal 10.928/1991.

⁸ Mazzeo afirma que as fotos obtidas neste estudo estão arquivadas na Prefeitura, porém não sabe precisamente o local.

No entanto, quando Jânio Quadros sucede a Mario Covas na Prefeitura de São Paulo, o trabalho é interrompido, e o novo prefeito mobiliza esforços para que os imóveis sejam demolidos.

Segundo Mazzeo, quando ele e Fernando Batistuzzo souberam sobre a demolição das casas, ambos se locomoveram até o local com a intenção de fazer resistência à medida do novo prefeito:

Então, quando o Jânio assume, a primeira coisa que ele manda fazer é demolir as casas da rua da Assembleia. Eu e o Batistuzzo fomos lá fazer resistência. Entramos em uma casa, e fomos os primeiros caras a serem presos pela Guarda Municipal do Jânio. Saímos de lá algemados, gritando "patrimônio histórico!", mas aí ele botou aquilo abaixo.

Embora tenham sido presos, Mazzeo e Batistuzzo foram soltos em seguida, pois segundo ele, sua prisão culminaria em um "problema político":

Fomos presos, saímos da casa e tiraram a algemas. Por quê? Porque o novo secretário da FABES⁹ falou "não, esses caras são da secretaria, solta eles porque vai dar problema político". Aí soltaram a gente. Claro que a gente foi sabendo que ia acontecer isso, porque a gente foi o tempo todo das equipes, eu tinha sido chefe da habitação, então, tinha um histórico ali atrás da gente.

Mazzeo afirma que, embora houvesse muita oposição à demolição dos imóveis nos jornais da época, essa oposição não se traduziu na prática. Perguntado se, de fato, houve uma disputa pela manutenção do local e algum tipo de resistência, Mazzeo afirma:

Não. Não tinha ninguém contra a demolição, nem mesmo a população. A população era encortiçada, eles só estavam lá. Demoliram, foi uma tristeza a demolição. Um crime de destruição do patrimônio histórico.

Segundo ele, a gestão de Jânio foi marcada pela sua truculência e falta de compromisso com a população pobre, favorecendo apenas *lobbies* de construção e grupos econômicos:

Eu diria que o Jânio foi um governo muito antipopular e tratava a população como, depois, o Doria voltou a tratar. Eu diria que depois da Erundina a coisa melhorou um pouco, vamos dizer, algum verniz de tratar com a população, mas o Doria volta com a truculência com pobre, favelado, encortiçado, pessoas de condição de rua, viciados em crack e é "pau". Então, minha posição é, hoje, a mesma daquela época: são governos que não têm o menor compromisso com a população, não têm projeto pra cidadania, não têm projeto de integração social. Tem projetos que interessam a grandes *lobbies* de construção, grupos econômicos, e é isso. Infelizmente, é isso.

⁹ Secretaria Municipal da Família e Bem-Estar Social.

Assim como Edilson Mineiro, Mazzeo não concorda com a destinação dada ao local após a demolição dos imóveis e a "redescoberta" dos arcos, que segundo ele não foram descobertos, pois, sabia-se de sua presença mesmo antes da demolição dos imóveis. Perguntado sobre o que pensa a respeito da Praça dos Artesãos Calabreses, o entrevistado é enfático ao dizer que "aquilo não é uma praça. A destinação foi uma alça de ligação entre a 23 de maio e o minhocão, o elevado que agora se chama João Goulart".

Apesar de sua posição crítica em relação ao local, Mazzeo afirma que os arcos são belas construções históricas que representam parte da memória do Bixiga e devem ser preservados.

Mazzeo conclui a entrevista com uma crítica às gestões municipais que, segundo ele, não se preocupam em elaborar projetos de preservação urbana adequados para bairros como o Bixiga:

Se desmontou o Bixiga, se matou o Bixiga, por falta de um projeto de preservação urbana. Se você pegar aquela rua 13 de Maio, que tinha vários bares, as casas estão caindo. Tomba-se as casas, mas não se libera o imposto. E não se diz o seguinte "se você reformar sua casa, eu não cobro imposto", como em qualquer lugar do mundo. Mas os governos de São Paulo são trágicos e a população de São Paulo meio que merece, porque só elege tranqueira. Infelizmente, o que ocorre é o abandono. Eu acho que o Bixiga, é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

5 Discussão e considerações finais

A discussão empreendida nas seções anteriores ilustra como uma política de memória pode ser instrumentalizada com objetivos outros, que vão além da mera preservação de memória, ou de algo que a represente no mundo físico. O caso analisado nos permite constatar que a remoção dos moradores das ruas Jandaia e da Assembleia, a demolição dos casarões ali existentes e a monumentalização dos Arcos do Bixiga, consubstanciam uma intervenção urbana de caráter higienista, em parte travestida de política patrimonial.

A realocação das pessoas que habitavam a área disputada para regiões mais afastadas e menos acessíveis ao centro da cidade, e também desprovidas de infraestrutura adequada, como pavimentação, fornecimento regular de água e energia elétrica, saneamento básico, escolas e espaços de lazer, pode ser classificada como um caso de segregação socioespacial,

com o agravante de, neste caso, ter como ponto de origem uma política pública promovida pela administração municipal da cidade de São Paulo, embora apoiada pelo setor privado.

A criação do discurso de preservação da memória italiana dos Arcos do Bixiga serviu como instrumento para atenuar a gravidade da ação segregatória promovida pelo poder público. A associação dos Arcos à memória da comunidade italiana no momento de sua redescoberta, e o uso dessa narrativa para justificar sua preservação, é um exemplo de como a memória pode ser manipulada e fabricada a fim de atender aos interesses de determinados atores em processos de disputa política que não estão necessariamente ligados à memória coletiva em si.

Nas duas entrevistas realizadas, pudemos coletar elementos que permitem reconhecer outras memórias possíveis, não hegemônicas, silenciadas, associadas ao local. Isso fica claro, em vários trechos da entrevista de Edilson Mineiro, quando ele menciona a composição étnica dos moradores da região em que vivia, por exemplo:

Eu lembro que era bem misturado. Muito negro e muito nordestino. Tinha mais negro do que em Guarulhos, muito mais [...]. Lá na [rua da] Assembleia tinha um pessoal que já tava faz tempo, não sei te dizer quando, nem quantos [...]. O povo de lá era bem homogêneo. Preto, pobre, nordestino.

Em outro trecho, Edilson é enfático ao dizer que o local em que vivia pouco tinha a ver com a cultura italiana:

Outra coisa que eu lembro é que essas ruas não eram italianas. Eram negras, era um povo que morava em cortiços, tinha um ou outro português que tinha casa lá, também. Mas não tinha nada desse Bixiga italiano, onde todo mundo come macarrão e tal. Nessa época, o lugar tinha gente pobre, trabalhadora. Não me lembro de violência. Não era um lugar violento. Era gente pobre, que tava morando mal porque não tinha um outro lugar.

Antônio Carlos Mazzeo faz declarações de teor similar como a seguinte:

Eu acho que o Bixiga é um bairro tradicional que deveria ser preservado, mas ele está sendo destruído. Claro, ele foi bairro dos negros, depois dos italianos e dos negros, hoje ele é um bairro dos nordestinos, mas ele é um bairro sem características, porque não se preserva nada.

Assim caracterizado o processo como se deu a instituição dos Arcos do Bixiga como monumento ligado a uma memória hegemônica, italiana, do bairro do Bixiga, a principal contribuição deste estudo consistiu em constatar, de forma circunstanciada, que a monumentalização dos Arcos, se de um lado baseou-se em argumentos relacionados à

preservação da memória e do patrimônio urbano, de outro ocorreu no contexto – e esteve a serviço – de uma política urbana de caráter higienista e excludente/gentrificador, sendo instrumentalizada por esta última.

Como toda política de memória, ela promoveu uma reconstrução presentista do passado: resultou numa versão "italiana" do passado que atendeu a interesses presentes. As informações levantadas no artigo permitem identificar quais eram os principais grupos sociais em disputa, e quais memórias foram silenciadas como resultado do processo. O passado construído e valorizado nesse local, e inscrito/eternizado na memória coletiva da cidade, é o dos imigrantes italianos e artesãos calabreses. Não é o dos primeiros habitantes dos sobrados, nem o da população de baixa renda que os habitou por cerca de duas décadas. As memórias desses grupos foram silenciadas, e isto ocorreu no contexto (e esteve a serviço) da implementação de uma política pública urbana com outros objetivos que não os de construção ou preservação de memória. A transformação dos Arcos do Bixiga em monumento pode, nesse sentido, ser vista como um caso de instrumentalização da política de memória por uma política de outra natureza, por meio do uso de argumentos relacionados à memória coletiva como base para justificar políticas públicas outras, voltadas para o atendimento de interesses do poder público e do setor imobiliário.

Embora os atores ouvidos tenham diferentes origens e experiências de vida, ambos têm posição contrária às ações adotadas na década de 1980 que levaram à expulsão da população encortçada e à demolição dos sobrados das ruas da Assembleia e Jandaia. Decerto existe uma variedade maior de atores sociais com vivências importantes no processo, e que, três décadas após os fatos, ainda estão disponíveis para fornecer entrevistas e podem ser prospectados. Ainda assim, a discussão aqui apresentada parece sinalizar a necessidade de novas óticas no estudo das políticas de memória e patrimônio urbano, rumo a abordagens críticas que levem em conta seu entrelaçamento com outras políticas e suas relações de subordinação a estas últimas.

Considerações Finais

Resultados

Referências

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (Geografia)**, Porto, Portugal, v. XIV, 2001. p. 77-97.

BAER, Alejandro. La memoria social. Breve guía para perplejos. In: SUCASAS, Alberto (ed.): **Memoria, política, justicia**. Madrid: Trotta. 2010. p. 131-148.

DOLFF-BONEKÄMPER, Gabi. Caminhando pelo passado dos outros. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.), **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Editora Annablume, 2017.

FELDMAN, Sarah. Patrimônio cultural e a dimensão metropolitana. In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.), **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. Editora Annablume, 2017.

GRAZIANI, Adolpho. **Projecto de um muro de revestimento na travessa da Assembléa (esquina Jaceguay)**. Prefeitura de São Paulo, Directoria de Obras, 1908.

HATUKA, Tali. A obsessão com a memória: o que isso faz conosco e com as nossas cidades? In: CYMBALISTA, Renato; FELDMAN, Sarah; KÜHL, Beatriz Mugayar (orgs.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. Editora Annablume, 2017.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

JAYO, Martin; Köhler, André Fontan. A batalha dos Arcos do Bixiga: mais arte e mais cidade, mas menos arte na cidade! **Minha Cidade**, São Paulo, vol. 15 n.175, 2015.

JAYO, Martin; Vargas, Diego Vasconcellos. A memória das cidades na sociedade digital: reflexões para São Paulo e o exemplo de 'Quando a cidade era mais gentil'. **Confins**, Paris, vol. 39, 2019. DOI: 10.4000/confins.18551

NORA, Pierre. Entre a história e a memória: a problemática dos lugares. **Revista Projeto História**, São Paulo, v.10, 1993, p. 7-28.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RIOS, Fábio. Memória coletiva e lembranças individuais a partir das perspectivas de Maurice Halbwachs, Michael Pollak e Beatriz Sarlo. **Revista Intratextos**, Rio de Janeiro, vol 5, n. 1, 2013, p. 1-22. DOI: <http://dx.doi.org/10.12957/intratextos.2013.7102>

SÃO PAULO (Município). **Melhoramentos da Capital 1911-1913**. São Paulo: Prefeitura do Município de São Paulo, s/d.

VARGAS, Diego Vasconcellos; JAYO, Martin. Para uma história dos Arcos do Bixiga. **Arquitextos**, São Paulo, vol. 20, n. 293, 2020.